

# Ser ou não ser brasileiro: notas sobre a representação literária da assimilação cultural no Estado Novo

Maria Clara Machado\*

Me parece supérfluo acrescentar que  
nenhum dos fatos foi inventado.<sup>2</sup>

## Resumo

Tidos como parte de um grupo homogêneo, os imigrantes que chegaram ao Brasil a partir do fim do século XIX, compõem em realidade uma categoria complexa que inclui europeus, mas também não-brancos e não negros, nos termos do brasilianista Jeffrey Lesser. Alvos de um projeto de assimilação cultural durante o Estado Novo (1937-45), os imigrantes perderam violenta e drasticamente muitos direitos que culminaram com sua rápida integração à língua e cultura “brasileiras”. Investigamos neste artigo como relatos literários de autores contemporâneos de origem

<sup>1</sup> Este artigo foi apresentado durante as JE “Littérature et Dictatures” em 10 de outubro de 2017, na Maison de la Recherche. Sofreu modificações para publicação na edição homônima da *RÉEL*.

\* Graduada em Comunicação Social pela Universidade de Brasília, mestra em Literatura, Cultura e Civilização dos Países Lusófonos pela Universidade Paris Sorbonne. Doutoranda do Centre de Recherche sur les Pays Lusophones (CREPAL), sob direção de Claudia Poncioni, e do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Brasília, sob codireção de Regina Dalcastagnè. E-mail: clarinha511@gmail.com

<sup>2</sup> Primo Levi, *É Isto um homem?*, trad. Luigi Del Re, Rocco, Rio de Janeiro, 1997, p. 8.

italiana, alemã e japonesa rememoram este período, desmontando mitos sobre uma pacífica integração dos imigrantes, ao mesmo tempo em que jogam luz sobre a formação da identidade nacional.

**Palavras-chave: imigração, identidade nacional, Estado Novo, literatura brasileira**

## Résumé

Pendant les années 1930-1960, le sujet de l'immigration apparaît assez peu dans la littérature brésilienne. C'est une période marquée par des nationalismes, souvent ponctuée d'épisodes xénophobes qui rendaient l'expression de l'identité immigrante difficile. Ce n'est que quelques décennies plus tard que les récits portant sur l'immigration sont apparus au Brésil. Avec l'ouverture démocratique, dans les années 1980, de nouvelles voix se font entendre dans le contexte littéraire brésilien, comme celles des femmes, des Noirs et aussi des immigrés. Dans cet article, j'analyse des récits sur l'immigration, publiés après la fin des dictatures, qui témoignent de la période dictatoriale connue comme Estado Novo (1937-45). Sous le prétexte de créer une identité nationale et en raison des tensions montées pendant la deuxième grande guerre, l'État dirigé par le président Getúlio Vargas – élu par le Congrès national du Brésil et maintenu au pouvoir par la force - a mis en place une série de lois censées valoriser la langue portugaise et la nation. Nous nous pencherons donc sur la façon dont ces récits, publiés après l'ouverture démocratique, racontent les parcours des identités immigrantes face à l'autoritarisme pendant les années de la dictature de Vargas.

**Mots clés : Immigration, identité nationale, Estado Novo, littérature brésilienne**

Antes da grotesca espetacularização de imagens do sofrimento extremo infligido aos emigrantes e refugiados do mundo atual, numa das maiores crises humanitárias vividas pela humanidade, o pintor Lasar Segall eternizara o desespero e a angústia da experiência da emigração na tela *O navio de emigrantes*. A obra retrata, no final da década de 30 do século XX, a dolorosa travessia de homens e mulheres rumo ao Brasil. O país

recebeu quase 4,5 milhões de imigrantes entre 1872 e 1949<sup>3</sup> excetuados os africanos escravizados que compõem outros 4,9 milhões de estrangeiros traficados e enviados à força ao Brasil até o final do século XIX<sup>4</sup>.

A imagem de Lasar Segall alcançou popularidade considerável, representando com densidade sensível os temas da migração, da viagem e da travessia, sem perder de vista a hoje gasta figura do navio, trabalhada com maestria. O retrato da imigração, porém, confronta-se com a persistente tendência brasileira de representação de uma identidade nacional forjada sem traumas. Muito já se discutiu sobre as falhas do esquema Freyreano de elaboração da identidade nacional como encontro harmonioso entre três “raças”. Não nos cabe aqui retomar toda essa tradição crítica, mas apenas destacar que a figura do imigrante tende igualmente à desnaturalização e à homogeneização, ao compor a ampla categoria do “branco” no referido esquema das três raças. No entanto, o imigrante vai muito além do homem europeu branco e compõe categoria diversa, formada por brancos europeus, mas também por não-brancos e não-negros para retomar a denominação de Jeffrey Lesser - entre os quais figura grande proporção de árabes, judeus e japoneses -, no virar do século XIX para o XX.

Assim, faz-se necessário destacar que, antes de seus descendentes alcançarem as classes médias e altas da sociedade brasileira, os imigrantes sofreram um processo de aculturação violento. Em realidade, eles tiveram muitos de seus direitos humanos básicos, como os direitos à locomoção, à expressão e à educação sistematicamente violados, especialmente durante os sucessivos períodos ditatoriais. Examinarei aqui três obras cujas histórias rememoram trajetórias de imigrantes italianos, alemães e japoneses, alvos de um projeto de assimilação dos valores nacionais traçado durante o Estado Novo de Vargas e reforçado quando da entrada do país na Segunda Guerra Mundial, contra os países do Eixo, em 1942.

Sabemos que as décadas de 30 e 40 podem ser lembradas como tempos de crise econômica do capitalismo mundial que engendraram, como res-

<sup>3</sup> Ver Jeffrey Lesser, *Negotiating National Identity*, Durham-London, Duke University Press, 1999, p. 7-12.

<sup>4</sup> “Foram transportados para as Américas de 8 milhões a 11 milhões de africanos durante todo o período de tráfico negreiro, desse total 4,9 milhões tiveram como destino final o Brasil”. Ver Lilia M. Shwarcz e Heloísa M. Starling, *Brasil: Uma Biografia*, São Paulo, Companhia das Letras, 2015, p. 79-89.

posta, projetos de governos nacionalistas, xenófobos e antidemocráticos na Europa de Hitler, Mussolini, Franco e Salazar. Também na América do Sul ideias de orientação ideológica semelhantes ofereceram alicerce simbólico para governos autoritários, como o de Getúlio Vargas no Brasil. Inspirado na ditadura Salazarista, Vargas instaurou em 1937 o seu Estado-Novo à la brasileira, que duraria até 1945<sup>5</sup>. Evidentemente, sobre as populações mais vulneráveis e com menor acesso a posições de poder o controle e a repressão pesaram mais.

Para um Estado Novo, vislumbrou-se um cidadão novo, projeto que passava pela assimilação dos estrangeiros, muito ligados até então a suas tradições culturais e à língua pátria, especialmente por conta da quase ausência de infraestrutura estatal que garantisse, por exemplo, uma oferta de ensino ampla e gratuita. Antes de mais nada, é preciso sublinhar que a questão da uniformização das populações estrangeiras à identidade nacional não nasceu com o Estado Novo, mas ganhou, na época, contornos institucionais ligados à fabricada preocupação com a segurança nacional. Uma série de decretos educacionais foi implantada durante o mandato de Gustavo Capanema como ministro da Educação de Vargas durante os onze anos em que esteve à frente da pasta. Além disso, em 1938, foi criada a Comissão de Nacionalização, cujo objetivo maior era a assimilação dos estrangeiros, devendo ocorrer majoritariamente por meio da nacionalização em massa e forçada, ou, a partir de um projeto pedagógico que visava a impedir o contato com qualquer elemento identitário tido à época como alienígena e ameaçador, como a língua nacional, que deveria imperativamente ser a portuguesa<sup>6</sup>.

---

<sup>5</sup> Estado-Novo foi o termo empregado pelo governo ditatorial de António de Oliveira Salazar em Portugal (1933-74) para denominar o período.

<sup>6</sup> Entre os decretos apontados pelo esclarecedor estudo de Mobeny, destacamos o Decreto-lei no 383, de 18 de abril, que vedava aos estrangeiros o exercício de atividades políticas no Brasil; o Decreto-lei no 406, de 4 de maio do mesmo ano, regulamentando o ingresso e a permanência de estrangeiros, determinando providências para a assimilação dos mesmos e criando o Conselho de Imigração e Colonização como órgão executivo das suas disposições; o Decreto no 868, de 18 de novembro de 1938, criando a Comissão Nacional de Ensino Primário, estabelecendo entre as suas atribuições a de nacionalização do ensino nos núcleos estrangeiros e finalmente, o de no 948, de 13 de dezembro de 1938 que, sob a consideração de serem complexas as medidas capazes de promover a assimilação dos colonos de origem estrangeira e a completa nacionalização dos filhos de estrangeiros, determinava que as medidas com esse fim “fossem dirigidas e centralizadas pelo Conselho de Imigração e Colonização”. Ver Helena M. B. Mobeny, “Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo”, in Dulce Pandolfé (org.), *Repensando o Estado Novo*, Rio de Janeiro, Ed. FGV, 1999 p. 137-166.

Em 1942, após a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial no bloco dos países aliados, liderado por Estados Unidos, França e Inglaterra, adotou-se uma política, em que, segundo a pesquisadora Giralda Seyferth, “a unidade nacional tornou-se assim um imperativo de natureza linguística e uma questão de educação — o ‘ensino nacionalizador’ (que inclui o civismo) encarregado de exorcizar o fantasma da inassimilação, do segregamento, que purifica a etnia”<sup>7</sup>. Num primeiro momento, essas medidas surgiram sob justificativa de proteger e fortalecer a nação contra os perigos estrangeiros e afetaram mais fortemente os imigrantes alemães, italianos e japoneses, que encarnavam os povos inimigos em solo brasileiro. Em seguida, foram usadas para negar direitos de acordo com a conveniência das forças ditatoriais a qualquer um que incitasse a menor suspeição aos agentes do regime.

O que nos interessa aqui é analisar como relatos de autores descendentes desses grupos de imigrantes reconstróem o passado vivido por seus antepassados a partir de perspectivas particulares que, via de regra, fogem ao escopo da história oficial, mas que são fundamentais para conferir a justa medida do impacto das políticas públicas sobre a vida privada desses grupos. Recorreremos, para tanto, às obras *Anarquistas, graças a Deus*, autobiografia de Zélia Gattai, de família italiana, publicada em 1979; *A asa esquerda do anjo*, romance de Lya Luft, descendente de alemães, publicado em 1981, e *Nihonjin*, publicado em 2011, romance de Oscar Nakasato, de família de origem japonesa. O retorno a esse passado sombrio desnuda alguns mitos, entre eles, o de que o processo de integração dos estrangeiros à identidade brasileira tenha se dado de forma pacífica, harmoniosa e consensual. Veremos como foi outra a leitura desse período, aos olhos das personagens imigrantes, que denunciam, por sua vez, o sistemático desrespeito aos direitos humanos pelo governo varguista.

\*\*\*

Nos relatos aqui estudados, as famílias de imigrantes retratadas revelam pessoas não muito diferentes de quaisquer outras oriundas de classes médias trabalhadoras brasileiras. O estrangeiro, alardeado como perigoso pelo Estado Novo, não passava em geral do trabalhador braçal pobre, ou já remediado, a depender do número de gerações fixadas no país. Em *Anarquistas graças*

<sup>7</sup> Giralda Seyferth, “Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo”, in Dulce Pandolfé (org.), *op. cit.*, p. 218.

*a deus*<sup>8</sup>, Gattai conta a vida cotidiana que levara ao lado da família: o pai, mecânico anarquista, seu Ernesto Gattai, a mãe, dona Angelina, uma dona de casa católica, além dos quatro irmãos. A obra marca a estreia da autora na carreira literária, reunindo suas memórias de infância e adolescência quando morara no centro de São Paulo, tendo como pano de fundo o cenário sociopolítico da cidade no início do século XX. Gattai busca remontar sua própria identidade e a de seus antepassados, atrelando às suas memórias, as memórias da comunidade italiana em meio à qual cresceu.

Com a menina Zélia, percorremos as ruas do bairro onde crescera e as de outros bairros onde moravam seus tios, primos e conhecidos numa capital paulista há muito desaparecida. Encontramos pelo caminho pistas sobre como era organizada a educação das crianças imigrantes e dos já nascidos no Brasil. Aprendemos que, face à uma infraestrutura educacional quase inexistente, meninos e meninas aprendiam as primeiras letras e números no seio das suas comunidades, geralmente em associações de imigrantes, em pequenas escolas privadas ou religiosas ou por iniciativa de algum profissional liberal que decidia lecionar em casa, favorecendo o ensino na língua pátria. Os imigrantes, esclarece Giralda Seyferth, organizavam-se por afinidades étnicas e formavam núcleos ou comunidades que ajudavam a preservar a identidade de cada grupo, os costumes e a língua de origem. Foi o que aconteceu com os pais de Zélia Gattai, conforme relata a autora. Italianos de origem, chegaram ainda bem pequenos ao Brasil, antes da ditadura varguista e da nacionalização do ensino. Assim, as personagens da mãe e do pai da autora, reconstruídos no relato, podem bem representar a rápida assimilação por que passaram os imigrantes italianos no espaço de uma geração a outra, sob o impacto das medidas estado-novistas.

Enquanto dona Angelina e seu Gattai, pais de Zélia Gattai, apesar de crescidos e adaptados à vida brasileira, única que conheciam, guardavam ainda estreita ligação com a terra de origem, os filhos já demonstram um processo de assimilação mais rápido que passava pela língua, conforme indica a passagem a seguir: “Em casa nossos pais falavam italiano; nós entendíamos tudo, porém respondíamos sempre em português”<sup>9</sup>.

Em nenhum momento a narradora identifica-se como italiana, apesar de reivindicar as histórias de seus pais e avós, sempre se referindo à Itália como terra de origem dos ascendentes. Para os filhos de Angelina e

---

<sup>8</sup> Zélia Gattai, *Anarquistas, graças a Deus*, Rio de Janeiro, Record, 3ª edição, 1982.

<sup>9</sup> *Ibid.*, p. 60.

Ernesto, era o português a língua-mãe, usando-a em casa e fora do lar, entre amigos, colegas, vizinhos e nas mais variadas situações, só abrindo exceção para a língua dos pais e avós para se comunicar com eles em situações que exigiam tal emprego: seja para usar um dito, uma expressão da língua italiana ou para chamar a atenção do interlocutor.

Ora, tal assimilação, que hoje pode ser saudada como resultado natural de um processo de integração tranquilo, não ocorrera sem traumas e interferências do Estado. O projeto educacional nacionalizador foi, sem dúvida, fundamental para o processo de assimilação ao novo país. De forma que já a partir de 1937, as escolas tinham de ter nomes brasileiros, os professores deveriam ser natos ou naturalizados e formados no país, o ensino ministrado apenas em português; língua estrangeira só poderia ser ensinada a maiores de 14 anos, o que, na prática, inviabilizava o letramento na língua de origem. Além disso, houve a introdução de disciplinas com claro viés civilizatório, como civismo, geografia e história do Brasil, todas ensinadas à menina Zélia durante a infância.

O tema também atravessa *A asa esquerda do Anjo*, romance de Lya Luft, escritora de origem alemã. O livro conta a formação da personagem principal, Gisela Wolf, da infância à fase adulta. Podem-se traçar alguns paralelos entre a obra e a autobiografia de Zélia, pois ambos tratam das memórias de infância e adolescência de duas mulheres já adultas que revisitam o passado em família a partir de relatos fragmentados e sobrepostos. Ambas as protagonistas, Zélia, narradora-personagem, e Gisela, narradora homodiegética, representam as novas gerações de imigrantes, mais adaptadas ao Brasil, falantes nativas de português. Ambas, no entanto, descobrem as agruras e infelicidades da experiência do exílio já no tempo da infância.

Percebemos, contudo, que as experiências de formação e assimilação à identidade brasileira de Zélia ocorrem de forma muito mais conciliadora do que o que se dá com a protagonista Gisela Wolf, de *A asa esquerda do Anjo*<sup>10</sup>. De família alemã, esta última vive as angústias próprias da adolescência e descoberta da vida adulta no interior de uma família de imigrantes alemães extremamente rígida, simbolizada pela figura da controladora avó, *frau* Wolf, o que ampliava os conflitos identitários da protagonista. Como alegoria do duplo sofrimento que atravessa Gisela destacamos seu nome próprio. Chamada Gisela, o prenome, dito em alemão, ensejava pronúncia suficientemente diferente da brasileira para

<sup>10</sup> Lya Luft, *A asa esquerda do anjo*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1982.

causar estranhamento, reconhecimento do diferente, sem, no entanto, provocar completa desconexão entre nome e pessoa. O duplo nome: Gisela ou Guísela, conforme a pronúncia, aponta também para duas realidades próximas, porém, distintas: uma brasileira, Gisela, e a outra alemã, Guísela. A protagonista, menina em formação, não se identificava por inteiro com nenhuma das opções.

Para a avó, tratava-se obviamente de Guísela. A idosa, matriarca da família, representa a vontade irredutível e patética, comum à primeira geração de imigrantes de preservar suas tradições e língua a qualquer custo, enquanto Gisela, filha de mãe brasileira, vive seu hibridismo étnico-cultural com aflitiva incompreensão e angústia. No entanto, com a participação do Brasil na Segunda Guerra e as medidas do Estado-Novo, o insulamento da família reivindicado pela matriarca da família Wolf se desestabiliza conforme mostra o trecho a seguir:

Ninguém convenceria Frau Wolf de que não fazia sentido exigir que se falasse unicamente alemão com ela, que viera menina para o Brasil e aqui tivera filhos e netos. Esses detalhes não lhe pareciam importantes. Nas lojas só consentia em ser atendida por balconistas que falassem o seu idioma [...]. Não devemos mais falar alemão, alguém ameaça, uma das empregadas diz que vão nos pôr na prisão. Minha avó afirma que é tudo bobagem e continua usando o seu idioma. Meu pai me tranquiliza: “Somos bons brasileiros”, diz. Também acho que somos, meu verdadeiro nome é Gisela. Gisela Moreira Wolf, no seu exílio particular e na sua guerra secreta.<sup>11</sup>

No espaço público da escola, a menina vivia outros embates identitários e é confrontada à visão estereotipada do imigrante. Gisela se depara então com reações de violência e preconceito causados pela veiculação à época de uma certa imagem do imigrante como aquele que é diferente, logo, ameaçador, conforme denuncia o trecho a seguir:

– Alemão batata come queijo com barata! – de repente cinco, sete meninos e meninas berravam a mesma coisa no pátio da escola. Entre mim e seus rostos retorcidos de raiva erguia-se o muro do exílio. Que mal lhes fizera, eu que vivia desejando – Me amem, me aceitem?<sup>12</sup>

<sup>11</sup> *Ibid.*, p. 37

<sup>12</sup> *Ibid.*, p. 60



O preconceito e suas violentas reações são retratados também no romance *Nihonjin*<sup>13</sup>, de Oscar Nakasato. Histórias de três gerações são contadas por um narrador jamais nomeado, em terceira pessoa. Sabemos, no entanto, que a voz narrativa parte da perspectiva do neto do protagonista Hideo, japonês emigrado para trabalhar nas fazendas de café de São Paulo. A constante tensão, cara à temática imigrante, entre assimilar-se à cultura local e continuar fiel à cultura de origem marca profundamente a obra. O romance revela como, para o imigrante japonês, física e culturalmente mais distante do povo brasileiro que outros grupos de emigrados, o preconceito, a suspeição e a consequente violência marcam a trajetória dessas comunidades no Brasil, especialmente durante o Estado Novo, conforme mostra a passagem a seguir, em que Hideo é hostilizado por um cliente de sua loja:

Hideo, que já o observava, aproximou-se:  
 – O que o senhor deseja?  
 Os olhos do homem caíram sobre Hideo como duas foices.  
 – Eu só estou olhando. Posso?  
 – É claro que sim.  
 Então ele voltou a observar o leque [com ideogramas japoneses].  
 – Eu estava dizendo que o governo deveria proibir esses rabiscos.  
 – Senhor, não são rabiscos, são uma obra de arte, são palavras escritas em língua japonesa.  
 – O senhor fala de um modo engraçado, eu não entendo muito bem, deveria aprender a falar melhor em português já que mora aqui.<sup>14</sup>

Com efeito, a partir da imposição da Constituição Federal de 1937, que instituiu o Estado Novo, medidas de controle e repressão estatais alcançaram legitimidade institucional e popular. A interferência das políticas de assimilação na vida cotidiana atingiu proporções ainda mais drásticas quando da entrada do Brasil na Segunda Guerra, quando se instituiu, pelo decreto nº 10.358 de 1942, estado de guerra. Consequentemente, os direitos de reunião e locomoção foram suspensos. Durante a vigência do regime varguista, os estrangeiros considerados mais perigosos foram proibidos de viajar, dirigir veículos, reunir-se, concorrer

<sup>13</sup> Oscar Nakasato, *Nihonjin*, São Paulo, Saraiva, 2011.

<sup>14</sup> *Ibid.*, p. 85

a cargos eletivos ou até a falar a própria língua. Na prática, vigorava a interdição institucionalizada da participação de estrangeiros na vida pública e até na vida privada, pois que a proibição se estendia até mesmo ao controle das correspondências enviadas ou emitidas por estrangeiros e falar idioma diferente do nacional em público podia ser considerado grave delito, inclusive durante a celebração de cerimônias religiosas. Assim, além de hostilidades habituais no trato individual, os imigrantes também foram submetidos ao autoritarismo e à violência típicos das ditaduras.

Zélia Gattai conta que seu pai levava os filhos para assistir enfadonhas palestras políticas em que ditos antifascistas e libertários, especialmente em italiano, viravam divertidas cantigas de roda. Proibidas as reuniões políticas, descritas pela autora mais como encontros festivos entre vizinhos, os participantes desses encontros, pais de família como seu Ernesto, eram arrancados de casa tanto de dia, como de noite, na frente dos filhos, por polícia pesadamente armada e arrastados à Delegacia da Ordem Política e Social, como ocorreu com Ernesto Gattai, em 1937, ao ser preso por razões políticas, acusado de ser um perigoso comunista:

Provas de acusação: armas — a velha espingarda de caça, pendurada em seu lugar de sempre, atrás da porta —, farto material subversivo, constituído pelos volumes de nossa pequena e manuseada biblioteca. Livros de Victor Hugo: “Os Trabalhadores do Mar”, “Os Miseráveis”, “Notre-Dame de Paris”; Émile Zola: “Acuso!”, “Thereza Raquin”, “Germinal”; de Pietro Góri, “Dramas Anarquistas”, relíquias sagradas de dona Angelina — com a agravante de serem todos os volumes encadernados em vermelho.<sup>15</sup>

Já aos japoneses, considerados “inassimiláveis” e difíceis de lidar, foi proibido até o uso de material didático na própria língua. Vemos em *Nihonjin* uma referência a essa época:

Que livros afinal deveria ter um japonês em seus armários? Não poder falar em japonês, ora essa! Era a sua língua [...] O presidente [Getúlio Vargas] queria que nihonjin virasse gaijin, queria o impossível, queria obrigar os japoneses a traírem a sua pátria. Mas quanto mais o governo pressionava, mais nihonjin se sentia nihonjin.<sup>16</sup>

<sup>15</sup> Zélia Gattai, *op. cit.*, p. 241.

<sup>16</sup> Oscar Nakasato, *op. cit.*, p. 90.

De fato, segundo alguns estudiosos da imigração japonesa, como Kodama<sup>17</sup>, as medidas impulsionaram reação de fidelidade aos costumes do Japão e um movimento de insulamento por parte de um substancial grupo de imigrantes japoneses que se mantiveram fieis ao Shindô, corrente ligada ao mito da tradição imperial daquele país. A intensa perseguição à comunidade de origem japonesa pode ter contribuído também para que muitos, impedidos de usar o próprio idioma, tenham recorrido à pintura como forma de expressão, visto o elevado número de pintores japoneses que, apesar do controle cerrado, conseguiam manter uma certa liberdade cultural por meio dessa arte.

\*\*\*

Certamente as políticas adotadas pelo governo Vargas tiveram o claro intuito de formação de um certo tipo de nação, em que o cidadão deveria corresponder à visão nacionalista da sociedade que se buscava impor. Dentro desse contexto autoritário e repressor, que implicou aos estrangeiros a supressão de muitos direitos e até a traumática perda da língua materna, o projeto assimilatório se deu de forma rápida e, muitas vezes dolorosa, como revelam as obras analisadas. No espaço de uma geração, já se havia criado uma legião de falantes de português com pouca ou nenhuma ligação com a língua, os costumes e tradições de suas terras de origem.

Na esteira de Paul Ricoeur<sup>18</sup>, para quem a ideia ocidental de tolerância solapou diferenças não negociáveis entre os povos, eliminando, na nossa visão, direitos dos mais vulneráveis em privilégio da soberania de outros, acreditamos que o Brasil tenha seguido os passos da Europa ocidental em direção ao complicado consenso de que trata Ricoeur. Numa espécie

<sup>17</sup> Ver Kaori Kodama, “O sol nascente do Brasil: um balanço da imigração japonesa”, *Brasil: 500 anos de povoamento*, Rio de Janeiro, IBGE, 2000. Ver também Cecília Prada, « Artistas japoneses e seus descendentes conquistam espaço no Brasil », disponível em: [https://www.sescsp.org.br/online/artigo/compartilhar/4336\\_COM+A+MARCA+DO+SOL+NASCENTE](https://www.sescsp.org.br/online/artigo/compartilhar/4336_COM+A+MARCA+DO+SOL+NASCENTE) Acesso em 15/01/17.

<sup>18</sup> “Le projet d’une réconciliation de tous avec tous est un projet finalement violent. Parmi les désaccords, certains sont non négociables [...] Il faut distinguer ceux avec qui on peut discuter et ceux avec qui on ne peut pas discuter. Nous faisons nous-mêmes une sorte de départage entre ceux qui nous paraissent susceptible de participer au rapport que j’appelle « consensuel-conflictuel ». Ver Paul Ricoeur, “Le dialogue des cultures La confrontation des heritages culturels”, in Dominique Lecourt, Claude Nicolet, Michelle Perrot, Emile Poulart et Paul Ricoeur, *Aux sources de la culture française*, Paris, La Découverte, 1997, p. 97-105.

de consenso imposto, acordo identitário formado por significativas ausências, as memórias das fraturas de nossa história denunciam os “não-lugares” de muitas mulheres e homens, bem como o silenciamento de traumas constituintes da nossa história. Emergem daí ainda hoje discursos de ódio contra políticas de inclusão social de negros ou índios, por exemplo, sob o caduco argumento de que todos compartilhamos uma identidade mestiça, sem levar em conta diferenças substanciais, e não negociáveis, para retomar Ricoeur, que marcaram os longos e violentos processos de aculturação, exploração e negação de direitos por que passaram diferentes povos que compõem o povo brasileiro.

Em se tratando das ditaduras por que passamos, a Lei da Anistia, de 1979, e o conseqüente perdão das práticas de tortura implantadas pelos militares, representa um desses episódios em nossa trajetória a marcar o autoritarismo e a repressão de Estado como tentativa de impedir a emergência dos dissensos que também forjam a nação. Negligenciados os crimes e as práticas nefastas do passado, é como se pudéssemos repeti-lo sem sequer nos darmos conta disso. É nesse ponto que a literatura, ao revisitar tempos passados, se não é capaz de produzir revoluções, pode ao menos servir como um contraponto a esse movimento nacional de apagamento das diferenças e de fabricação de consensos impostos, trazendo à tona outras verdades. A partir de reconstruções narrativas, a literatura permite operar reconstruções de verdades negadas, veladas, não discutidas, reivindicam, assim, o espaço de diálogo e reflexão sobre os sofrimentos passados. Há nesse tipo de relato uma resistência que reside, portanto, não necessariamente em um combate aberto e engajado. Não se trata de uma literatura que busca arregimentar o leitor para um campo de batalha. Mas, a partir de histórias que retraçam a vida de pessoas comuns em seu cotidiano esgarçado pela constante suspeição e repressão, a literatura consegue humanizar o outro, apagado no conjunto comum de uma identidade nacional imposta, ou tido tempo demais como ameaçador, subversivo, perigoso. E nos lembra que perigoso é esquecer.